

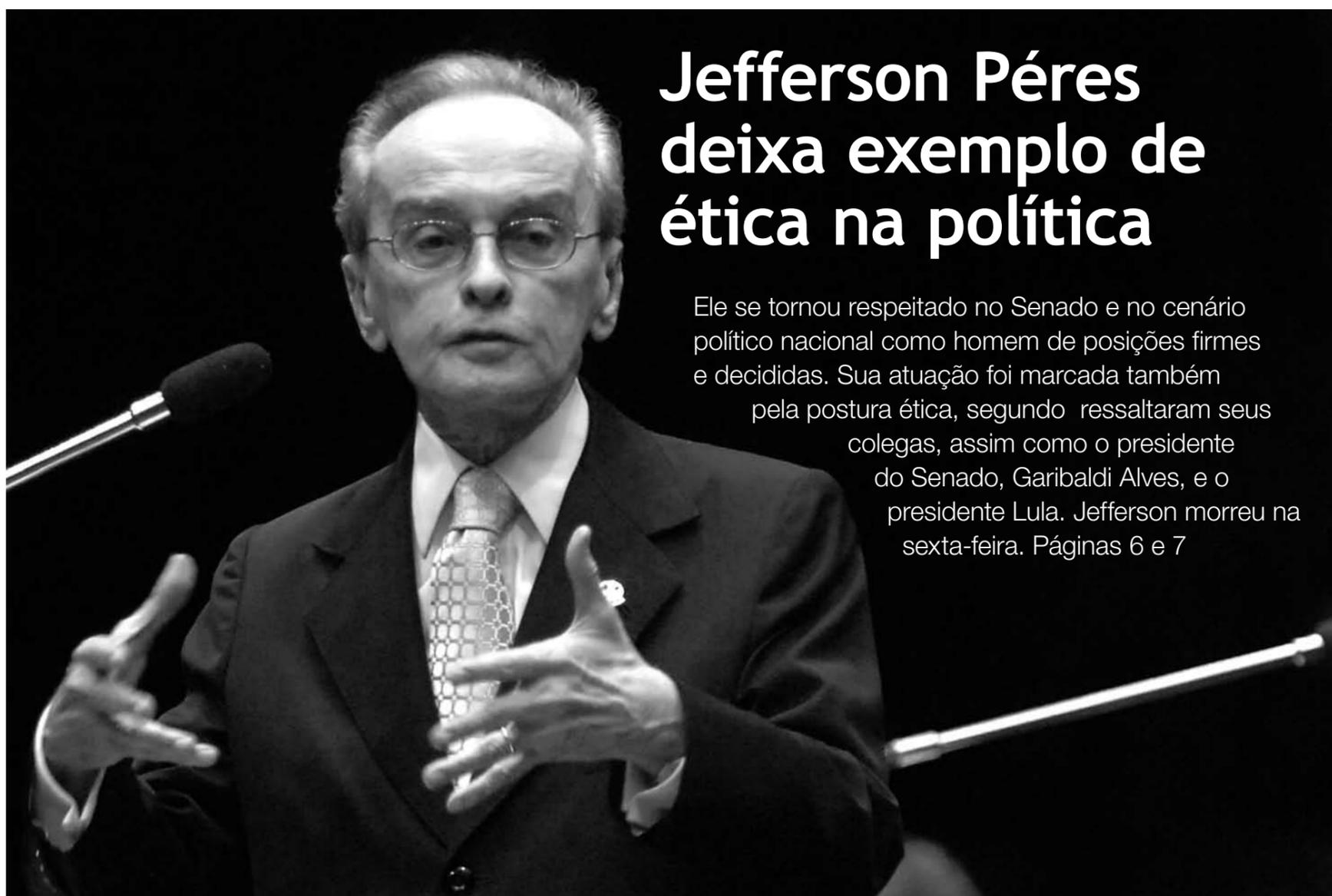
## Senadores vão debater com Meirelles o Fundo Soberano

A Comissão Mista de Orçamento deve iniciar nesta quarta-feira os debates sobre a criação do Fundo Soberano do Brasil. O assunto

será discutido com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em audiência pública. O objetivo do fundo é apoiar interesses estratégicos

do Brasil no exterior. Já a pauta do Plenário, trancada por 11 medidas provisórias e um projeto, depende de acordo entre os líderes.

PÁGINAS 2 E 3



LEOPOLDO SILVA

### Jefferson Péres deixa exemplo de ética na política

Ele se tornou respeitado no Senado e no cenário político nacional como homem de posições firmes e decididas. Sua atuação foi marcada também pela postura ética, segundo ressaltaram seus colegas, assim como o presidente do Senado, Garibaldi Alves, e o presidente Lula. Jefferson morreu na sexta-feira. Páginas 6 e 7

“Acho que por trás deste Brasil sujo, escuro e ruim, há um Brasil limpo e decente. E este Brasil precisa gritar” (frase do senador Jefferson Péres)

#### e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

VOZ DO LEITOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 9

CCJ aprova proibição de nepotismo em todo governo

PÁGINA 4

Paim cobra Estatuto da Igualdade Racial

PÁGINA 8



JOSÉ CRUZ/ABR

Ex-assessor do Planalto, José Aparecido (C) atribuiu vazamento de informações a um “erro humano” no envio de e-mail

CPI estuda acarear dois envolvidos em dossiê

PÁGINA 5

cidadania

Medicina avança na luta contra a leucemia

A leucemia – termo genérico que se refere a vários tipos de cânceres que atingem o sangue humano – já vem sendo combatida com eficiência pela medicina. Hoje, de 80% a 90% das crianças doentes conseguem se recuperar.

PÁGINA 12



## PLENÁRIO

# Pressionado, governo retira MP 430

**P**ressionado pelos partidos de oposição e pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, o governo recuou e decidiu retirar do Congresso Nacional a Medida Provisória 430/08, que abre crédito extraordinário de R\$ 7,56 bilhões para bancar aumentos de 800 mil servidores públicos, inclusive militares.

A decisão foi anunciada pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), depois de veementes discursos de senadores do PSDB e do DEM exigindo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não mais use medidas provisórias para abertura de crédito extraordinário, como decidiu em liminar o Supremo Tribunal Federal.

O líder do DEM, José Agripino (RN), pediu que o presidente do Senado, Garibaldi Alves, devolvesse a medida ao Palácio do Planalto, pois o Executivo estaria, na sua opinião, desrespeitando uma decisão do Judiciário. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), reafirmou a disposição de seu partido de obstruir as votações de MPs, por entender que o Executivo desestabilizava a harmonia entre os Poderes.

– Hoje é um dia de vitória para o Congresso – comemorou Virgílio.

Pelo acordo, o governo trans-

formará o conteúdo da MP em um projeto de lei, que será enviado ao Congresso em regime de urgência. Teoricamente, deputados e senadores teriam 90 dias para votá-lo, mas a ideia do governo é aprovar o projeto até 30 de maio, para que o reajuste já seja computado nos salários de junho.

Para facilitar a negociação, Agripino acertou com a liderança de seu partido na Câmara para que o projeto tenha total prioridade naquela Casa, sendo remetido imediatamente ao exame do Se-

**Acordo com oposição pode permitir votação até o dia 30 de maio**

nado. PSDB e DEM também aceitaram votar duas das 13 medidas provisórias que trancavam a pauta: o projeto de lei de conversão (PLV 9/08) sobre a MP 411/07, que

criou o Projovem, e o PLV 13/08 (MP 15/08), que proíbe a venda de bebidas alcoólicas às margens de rodovias federais (veja nesta página).

Garibaldi Alves citou estudos das consultorias da Casa confirmando que o presidente do Senado, que também preside a Mesa do Congresso Nacional, não tem poderes para devolver ao presidente da República uma MP que considere inconstitucional nem transformá-la em projeto de lei, como defendiam alguns opositores.

## Novo Projovem agora atende até quem tem 29 anos

O projeto de conversão (PLV 9/08) à MP 411/07, que reestruturou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), foi aprovado pelo Plenário na semana passada e vai à sanção presidencial. O programa, que busca integrar jovens carentes ao processo educacional e dar qualificação profissional, receberá este ano R\$ 1,5 bilhão em recursos federais.

Até 2011, a expectativa é atender 4 milhões de jovens, que frequentarão aulas oferecidas por entidades sem fins lucrativos. Os cursos ministrados terão de incluir noções básicas de matemática,

comunicação oral e escrita em língua portuguesa, informática, língua estrangeira e cidadania.

Quatro programas distintos, mas integrados – Adolescente, Urbano, Campo e Trabalhador – agora atenderão a uma faixa etária mais ampla, de 15 a 29 anos, com renda mensal, por pessoa, de, no máximo, um salário mínimo. O valor das bolsas do Projovem será de R\$ 100 por mês.

A MP também foi usada para reajustar o valor do Bolsa Família, de R\$ 50 para R\$ 58, criando um novo benefício variável, a ser eventualmente pago a adolescentes participantes do Projovem.



Policiais rodoviários fiscalizam venda de bebidas alcoólicas em supermercado próximo a rodovia

## Beber fica proibido, mas vender não

Grças ao acordo entre governo e oposição, o Plenário votou e aprovou projeto que torna mais rígidas as restrições ao consumo de bebidas alcoólicas pelos motoristas (punindo a ingestão de qualquer quantidade), mas libera a venda nas margens de rodovia.

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 13/08 aprovado pelos senadores anistia, inclusive, as multas aplicadas a comerciantes durante a vigência da medida provisória original (MP 415/08), editada em janeiro passado. Com as alterações impostas pelo Senado, o PLV 13/08 será novamente analisado pela Câmara dos Deputados.

A MP proibia a venda de bebidas alcoólicas às margens de rodovias. O novo texto permite a venda mas acaba com a tolerância em relação a qualquer teor de álcool no sangue dos motoristas.

– O endurecimento das relações do condutor com a ingestão de bebida alcoólica deve prevalecer sobre medidas baseadas na proibição da

venda do produto – justificou Dornelles, em seu relatório.

A anistia das multas aconteceu por emenda acrescentada pelo relator-revisor da matéria, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), a partir de sugestão encaminhada pelo senador Expedito Júnior (PR-RO), autor de um projeto de lei sobre o assunto.

Dornelles também incluiu emenda sugerida pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) revogando o inciso V do artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro, que prevê o agravamento, de

um terço à metade, da pena de homicídio culposo cometido por condutor que “estiver sob a influência de álcool ou substância tóxica ou entorpecente de efeitos análogos”.

Ao estabelecer o aumento da pena para o condutor que pratica homicídio culposo na direção de veículo automotor, se esse condutor estiver sob a influência de alguma droga,

excluiu-se a possibilidade de se classificar o delito na modalidade de dolo eventual, caracterizado quando o condutor, com sua embriaguez voluntária, assume o risco de produzir o resultado criminoso. O caso, explica Gerson Camata, já está previsto no artigo 18, inciso I, do Código Penal.

O senador Dornelles elogiou as alterações feitas pela Câ-

mara na MP, em especial a equiparação da infração (gravíssima) e das penalidades aplicadas ao condutor alcoolizado às aplicadas ao motorista que

se recusar a se submeter ao teste do bafômetro; e a proibição de se levar para os juizados especiais (pequenas causas) casos de lesão culposa praticados por condutor de veículo sob influência do álcool ou drogas, participando de “pegas” ou “rachas”, ou em velocidade superior à máxima permitida em mais de 50 quilômetros por hora (km/h).

**Emenda anistia multas aplicadas a comerciantes por causa da MP**

## ORÇAMENTO

## Meirelles debate Fundo Soberano com senadores

A audiência pública para ouvir o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, nesta quarta-feira, deverá marcar o início dos debates na Comissão Mista de Orçamento (CMO) sobre o Fundo Soberano do Brasil (FSB). Os partidos acertaram com a relatora do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Serys Slhessarenko (PT-MT), que irão aproveitar a presença de Meirelles, em cumprimento ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, para obter explicações sobre a criação desse novo fundo, anunciado pelo ministro da Fazenda no dia 13 de maio, que irá

apoiar com operações em moeda estrangeira interesses estratégicos do Brasil no exterior.

Como envolve a utilização de parte do superávit fiscal, o FSB deve constar tanto da LDO quanto do Orçamento da União, segundo consultores da comissão. Mas como o governo só decidiu pela sua criação após o envio da proposta da LDO ao Congresso, a tarefa de fazer as adequações necessárias foi transferida para os parlamentares.

Serys já apresentou requerimento, a ser votado esta semana na CMO, para realizar audiência com representantes da indús-

tria, do sistema financeiro, da área acadêmica e do governo. O objetivo, segundo ela, é colher subsídios para apresentação de emendas dos próprios parlamentares à LDO.

Outro requerimento da senadora à CMO propõe audiência para discutir como resolver o impacto da regulamentação da Emenda 29, que acrescentou gastos adicionais ao orçamento da área da saúde. Um dos assuntos deverá ser a proposta governista de recriar, agora em caráter permanente, a extinta CPMF, com alíquota de 0,1% sobre as movimentações financeiras, que

poderia render cerca de R\$ 10 bilhões aos cofres federais, financiando boa parte do aumento de verbas para saúde.

Estudos para propor mecanismos de compensação, no caso de decisões do Congresso que reduzam receitas ou aumentem despesas, devem ser apresentados pelos consultores de Orçamento à relatora. Se aceitar, Serys poderá incluir essas regras no seu relatório final, a ser entregue em 18 de junho e votado na CMO a partir de 6 de julho.

Os entendimentos costurados pela senadora com representantes dos líderes partidários

e coordenadores de bancada garantiram, na última terça-feira, votação tranqüila, mantendo praticamente inalterado o seu relatório preliminar com as emendas. Apenas duas pequenas modificações foram aprovadas. Uma delas deixou expresso que o PAC está entre as prioridades para acolhimento das emendas individuais.

O relatório preliminar assegurou a elevação para R\$ 21 bilhões do teto global das emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, que concentra o maior número de modificações solicitadas pelos parlamentares.

## COMISSÕES

# CCJ aprova fim do nepotismo em todo o serviço público

Parentes de autoridades não poderão ser nomeados para cargos em comissão em qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, de qualquer dos Poderes, em todas as esferas públicas. É o que determina a Proposta de Emenda à Constituição 49/03, acolhida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto aprovado proíbe, a não ser por concurso público, a contratação de parentes até o terceiro grau, seja por consanguinidade, afinidade ou adoção, em todos os Poderes e níveis da administração direta e indireta.

O autor da proposta – que ainda precisa ser votada em Plenário –, senador Demostenes Torres (DEM-GO), afirmou que a aprovação da PEC

“é o corolário do princípio da moralidade”.

Demostenes acrescentou que a proposta tem por objetivo colocar na Constituição aquilo que já é consagrado por vários tribunais, que deram sentenças contrárias ao nepotismo.

Relatada na CCJ por José Maranhão (PMDB-PB), a PEC prevê punições para quem descumprir a lei, pois estará incorrendo em ato de improbidade administrativa.

O senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) votou contra a pro-

posta. Ele disse desconhecer qualquer governador, ou outra autoridade com mandato eletivo, que não tenha se cercado de pessoas de confiança para cargos em comissão.

– A não ser que o governante seja filho de chocadeira – brincou Cafeteira.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), elogiou a PEC, assim como Valter Pereira (PMDB-MS), para quem a proposta vem em boa hora porque tem “caráter saneador”. Wellington Salgado (PMDB-MG) observou

que a medida poderia prejudicar bons juízes, prefeitos, governadores e legisladores que têm ao seu lado assessores de confiança.

Pedido de vista

## Pedido de vista coletivo adia votação da PEC sobre os precatórios

a adiar, na terça-feira, a votação do texto que consolida oito propostas de emenda à Constituição que tratam de precatórios judiciais.

O substitutivo do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), institui regime especial de pagamento, pelo qual 60% dos recursos serão destinados ao pagamento dos precatórios por meio de leilões de deságio de valor. Os 40% restantes serão destinados ao pagamento dos precatórios não quitados nos leilões, por ordem crescente de valor.



Demostenes, autor da PEC, comemorou a aprovação do texto, classificado de “corolário da moralidade” no serviço público

## Novos critérios para as concessões de rádio e TV

Os critérios a serem seguidos pelo poder público para conceder direitos de transmissão para estações de rádio e canais de televisão foram modificados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou Projeto de Resolução 11/08, do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Agora, a decisão em caráter terminativo será tomada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que normalmente vota os projetos de concessão para emissoras de rádio e TV enviados pelo governo federal.

A proposta revoga resolução em vigor há 16 anos. Como lembrou Antonio Carlos Júnior,

a norma legal estava defasada ou em contradição com outras legislações sobre o tema.

Para estimular e promover a participação da população interessada na habilitação das rádios e televisões de suas localidades, o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), propôs emenda que abre prazo de 15 dias para recebimento de manifestações de apoio ou contestação. Os questionamentos fundamentados serão encaminhados às autoridades competentes para apuração, caso em que a tramitação do pedido será adiada por 90 dias, para manifestação conclusiva dessas autoridades. Antonio Carlos Júnior disse que a emenda melhorou o texto original.

## Substitutivo prevê mínimo de 2% do PIB para pesquisas

O investimento anual em pesquisa básica e aplicada e de desenvolvimento tecnológico poderá ser gradualmente elevado ao patamar mínimo de 2% do produto interno bruto (PIB). É o que prevê substitutivo do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) à proposta de emenda à Constituição (PEC 54/04) de José Maranhão (PMDB-PB) aprovada pela CCJ. A PEC segue para deliberação do Plenário.

Alvaro Dias observou que a proposta, caso venha a ser transformada em lei, dará um novo impulso à pesquisa em todo o país.

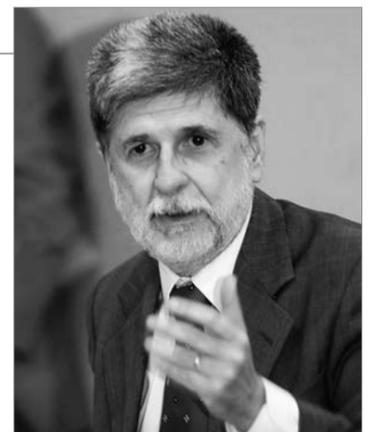
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou a aprovação da proposta e anunciou que apresentará emenda de Plenário determinando que parte dos recursos seja aplicada na região amazônica.

## Medida pode baratear acesso à internet nas pequenas cidades

Nos municípios em que não houver provedor de acesso discado à internet, as chamadas telefônicas de longa distância para possibilitar o acesso dos internautas serão cobradas no mesmo valor das chamadas locais, de acordo com o PLS 317/05, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que teve parecer favorável aprovado pela CCJ.

O projeto ainda será discutido pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), em caráter terminativo. Para Jucá, a proposta irá propiciar à população das pequenas cidades “a interação com o resto do mundo nas mesmas condições de que gozam os moradores dos grandes centros”.

A CCJ aprovou também, em regime de urgência, parecer favorável do senador Demostenes Torres (DEM-GO) a projeto que trata da criação e da transformação de cargos em comissão e funções comissionadas no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, que funciona no estado do Rio de Janeiro (RJ).



Ministro disse que “intervenção da sociedade política” será positiva para afirmação do bloco

## Maior rigor contra crime de pornografia infantil

Para deixar absolutamente claro que é crime, punível com dois a seis anos de reclusão, o ato de fotografar criança ou adolescente com objetivo de produzir, divulgar ou vender o material, inclusive pela internet, a CCJ aprovou na semana passada o PLS 254/04.

Antes de ser votado em Plenário, o projeto vai para a Comis-

são de Direitos Humanos (CDH). Ela é uma das medidas sugeridas pela CPI da Exploração Sexual e recebeu duas emendas na Câmara dos Deputados, onde tramitou como PL 4.851/05. Uma das emendas amplia os casos mencionados no projeto original, acrescentando, entre as tipificações, os crimes de portar ou comprar tais imagens.

A outra inclui entre os casos de “corrupção de menores” aqueles praticados nas chamadas “salas de bate-papo” da internet, assim como em qualquer outro meio eletrônico.

Ao defender o projeto e as alterações realizadas na Câmara, a relatora Serys Slhessarenko (PT-MT) declarou que a emenda sobre as salas de bate-papo

“revela-se oportuna, na medida em que a corrupção de menores é, quase sempre, o primeiro passo para a prática desse tipo de crime”.

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) argumentou que a proposta é necessária porque “a legislação ainda não prevê que portar esse tipo de material é crime”.

## MERCOSUL

## Para Amorim, Parlamento ajudará integração

O Parlamento do Mercosul poderá ajudar o bloco a encontrar soluções para temas complexos do processo de integração, previu o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na audiência pública promovida semana passada pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Entre esses temas, ele citou as compras governamentais, que foram discutidas – como observou – durante quatro anos dentro

do Poder Executivo.

– A intervenção da sociedade política será extremamente positiva, pois vai permitir desbloquear questões discutidas há muito tempo. Não é possível, por exemplo, que estejamos a ponto de assinar um acordo com a União Européia e ainda não tenhamos um acordo sobre compras governamentais no Mercosul – exemplificou. O ministro lembrou que a cria-

ção do bloco econômico foi uma decisão de governos e que nem empresários nem a sociedade civil estiveram envolvidos em um primeiro momento. Agora, comparou, o Mercosul tornou-se um “patrimônio das sociedades”, tanto que diversos atores sociais, como sindicatos e associações, dirigem-se com frequência ao Itamaraty para fazer sugestões e cobranças relativas ao processo de integração.

Segundo Amorim, o Mercosul já está consolidado. Depois de passar por dificuldades, de 1999 a 2002 – período de instabilidade econômica internacional –, agora o bloco já estaria recuperado. Como exemplo disso, ele citou o fato de que, nos primeiros quatro meses deste ano, as vendas brasileiras para os países do Mercosul atingiram 12,5% do total das exportações do país – contra 14,5% dirigidas aos Estados Unidos.

**CPIs** Envolvidos em vazamento dão informações conflitantes, por isso eles podem ser colocados frente a frente

## André Fernandes se sentiu “intimidado” ao receber dossiê

Em seu depoimento à CPI dos Cartões Corporativos, o consultor legislativo do Senado André Eduardo da Silva Fernandes disse ter considerado “uma intimidação” o envio para ele, por e-mail, do dossiê com gastos sigilosos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O consultor do Senado destacou ser importante lembrar em que contexto recebeu as mensagens do ex-chefe de Controle Interno da Casa Civil, José Aparecido Nunes, no dia 20 de fevereiro deste ano.

– Na época, estava-se discutindo se seria instalada ou não uma CPI. Entendi como uma ameaça – disse.

Segundo André Fernandes, José Aparecido enviou a ele naquela data um e-mail com dois arquivos anexados. Um deles continha os dados sobre gastos sigilosos do governo Fernando Henrique Cardoso

e outro um texto do próprio José Aparecido afirmando que gastos irregulares deveriam ser alvo de fiscalização especial.

O consultor assegurou aos parlamentares da CPI mista não ter divulgado as informações do dossiê para a imprensa e lembrou que notinhas sobre um

**Consultor disse que mensagem trazia dossiê e texto de José Aparecido**

suposto dossiê já vinham sendo publicadas na mídia desde o dia 9 de fevereiro. Garantiu que estava de férias e, logo que voltou ao trabalho, na primeira

semana de março, comunicou o ocorrido ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR), em cujo gabinete trabalha.

André Fernandes afirmou que José Aparecido havia tentando intimidá-lo outra vez, em 2004, quando prestava serviços como consultor na CPI do Banestado. Contou conhecer Aparecido desde 1991 e que mais tarde ambos trabalharam no Tribunal de Contas da União.

## José Aparecido nega participação em elaboração ou envio de dossiê

O ex-diretor de Controle Interno da Casa Civil da Presidência José Aparecido Nunes Pires abriu seu depoimento lendo uma declaração em que nega participação na elaboração do suposto dossiê.

O ex-funcionário do Palácio do Planalto disse que sabia da importância das informações, mas sustentou não ter memória ou consciência de ter anexado tais dados a e-mail e que a ação não passou de um engano ou descuido, “um erro humano”, sem qualquer motivação.

José Aparecido levantou a suspeita de que outra pessoa

possa ter utilizado o seu computador para enviar o dossiê a André Fernandes. Segundo o ex-diretor de Controle Interno, a intenção seria enviar apenas um texto em arquivo word. Ele assegurou que nunca conversou sobre o assunto com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ou com a secretária-executiva, Erenice Guerra.

Monossilábico e lacônico em quase todo o depoimento, José Aparecido negou haver participação de reuniões sobre a elaboração do dossiê, dizendo ter apenas indicado dois funcionários para fazer parte do grupo de trabalho, a pedido do secretário de Administração da Casa Civil, Norberto Temóteo Queiroz, de quem teria partido, inclusive, a ordem para a criação informal dessa equipe.

Aparecido também negou ter chantageado o assessor André Fernandes. Apesar de insistir na versão de que as informações integravam um banco de dados criado para subsidiar o governo na comissão de inquérito, ele não soube diferenciá-lo de um dossiê. Perguntado sobre a diferença entre os dois formatos, ele esquivou-se.

– Aí cai no campo subjetivo e eu não saberia explicar – disse José Aparecido.



Marisa Serrano, deputado Luiz Sérgio e André Eduardo: duas versões sobre um mesmo episódio

# CPI decide terça-feira se faz acareação

A CPI Mista dos Cartões Corporativos votará, nesta terça-feira, requerimentos solicitando uma acareação entre o consultor legislativo do Senado André Eduardo da Silva Fernandes e o ex-chefe de Controle Interno da Casa Civil José Aparecido Nunes Pires. Eles estão envolvidos no episódio do vazamento de informações sigilosas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na quarta-feira, não houve quórum para continuar o depoimento de José Aparecido, iniciado na véspera e interrompido para que o Plenário pudesse realizar suas votações (como

prevê o Regimento Interno).

A presidente da comissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), liberou os dois depoentes – André Eduardo também permanecia à disposição da CPI – e anunciou a votação do requerimento de acareação.

Marisa afirmou que, após a reunião da terça-feira, caso os requerimentos não sejam aprovados, o próximo passo da CPI será ler os sub-relatórios e depois votar o relatório final. O prazo máximo de funcionamento da comissão (salvo uma prorrogação) é 8 de junho.

O relator, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), anunciou ser

contrário à acareação e defendeu a rejeição do requerimento. Para o deputado, cabe à Polícia Federal esclarecer o vazamento de informações na Casa Civil, e não à comissão. Ele confirmou que deverá apresentar o relatório final na quinta-feira.

Na mesma reunião, serão votados requerimentos convocando mais dois funcionários da Casa Civil: o secretário de Administração, Norberto Temóteo Queiroz, e o assistente de auditoria da Secretaria de Controle Interno Marcelo Velloso Nascimento. Ambos foram citados como envolvidos na confecção do suposto dossiê.

## Alvaro Dias: vaza informações quem as guarda

Durante o depoimento do consultor André Eduardo Fernandes à CPI dos Cartões Corporativos, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que “vaza informação quem é responsável pela guarda dos dados”. Para o parlamentar, o problema não é divulgar informações, e sim “usar a máquina pública para tentar intimidar a oposição”.

Alvaro Dias lembrou ainda que a imprensa soube da existência do dossiê muito antes do que o assessor dele, André Fernandes. Segundo o parlamentar, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), também teria tido conhecimento do dossiê muito antes dele e repassado à revista *Veja*, inclusive, a informação de que uma lista de cerca de 60 itens “exóticos” adquiridos pelo presidente Fernando Henrique

faria parte de um documento que estaria sendo preparado pela Casa Civil.

Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse lamentar que não esteja sendo discutido pelos parlamentares da comissão o que ele considera “realmente grave”.

O senador declarou estar convicto de que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, mandou elaborar o dossiê e que a assessora dela, Erenice Guerra, organizou o grupo que montou o documento, do qual fazia parte o ex-diretor de Controle Interno José Aparecido Nunes.

– Importante é saber quem fez e quem mandou preparar o dossiê. Em vez disso, os parlamentares da base do governo ficam

se pegando em detalhes, fazendo observações sobre o consultor André que beiram a grosseria, tentando desqualificá-lo – lamentou Arthur Virgílio.

Antes, o deputado Maurício Quintella (PR-AL) havia afirmado

**Arthur Virgílio acha que CPI não está discutindo o mais importante**

que o consultor do Senado seria “um petista frustrado, um vazador perigoso, que trabalha 24 horas por dia contra o governo”.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou que uma suposta ameaça feita por José Aparecido teria sido nada mais que uma interpretação errada de André Fernandes, uma vez que não houve nenhuma palavra ou gesto nesse sentido por parte do funcionário da Casa Civil.



José Aparecido disse que dados fariam parte de banco criado para subsidiar governo federal

## Integrantes da CPI da Pedofilia levam a Lula primeiras conclusões do trabalho

Os membros da CPI da Pedofilia pretendem, nesta terça-feira, colocar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a par do trabalho que vem sendo feito pela comissão, que investiga denúncias de exploração sexual contra crianças e adolescentes. A informação foi dada pelo presidente da CPI, se-

nador Magno Malta (PR-ES), ao confirmar a reunião no Palácio do Planalto.

Na quarta-feira passada, Malta esteve em Uberlândia (MG) para ouvir o professor universitário Carlos Eduardo Martins Ivancko e a auxiliar administrativa Paula Souza Silva, presos sob acusação

de estupro, atentado violento ao pudor e divulgação de material de pedofilia.

Magno Malta disse que Ivancko assumiu, no depoimento, que desde a adolescência tinha fantasias sexuais com menores de idade. O senador pretende requisitar à Justiça os autos do processo referente

ao professor para fazer o cruzamento de dados com informações em poder da comissão.

No dia anterior, Malta inquiriu, em Uberaba (MG), o chefe de cartório Nevi Cançado Lacerda, também preso por acusação de abuso sexual e aliciamento de menores. Lacerda se manteve

em silêncio durante a arguição do senador, resguardado por um *habeas corpus*.

Nesta semana, a comissão deverá pedir a quebra de sigilo de 700 pessoas suspeitas de prática de pedofilia, a partir da análise do material encaminhado à CPI pelo site de buscas Google.

MEMÓRIA Morre, aos 76 anos, o senador cuja biografia se associou de forma definitiva à defesa da ética na política

LEOPOLDO SILVA

JEFFERSON PÉRES (☆ 1932 - † 2008)

# A ética como maior legado político



Jefferson, no Plenário, sua voz e sua postura inspiravam respeito e admiração entre os colegas senadores.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) morreu, vítima de infarto, na manhã da sexta-feira em sua casa em Manaus, onde passava o feriado de Corpus Christi. O corpo foi velado no Palácio Rio Negro, sede do governo do Amazonas, e o enterro estava previsto para o sábado.

Advogado, casado e pai de três filhos, José Jefferson Carpinteiro Péres nasceu no dia 19 de março de 1932, em Manaus. Tinha pós-graduação em Ciência Política e em Administração Pública. Exerceu cargos na Corregedoria Geral da Justiça do Amazonas e no Tribunal de Justiça do estado, foi vereador em dois mandatos, a partir de 1988, e eleito senador pela primeira vez para o período de 1995 a 2003.

Em 2002, com 543.158 votos, foi o senador mais votado do estado. Sua atuação o credenciou a candidatar-se à Vice-Presidência da República nas eleições de 2006, na chapa encabeçada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

No Senado, Jefferson era líder da bancada e titular das comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania. Foi ainda vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e membro da CPI do Trabalho Infantil. Participou ativamente das discussões que levaram à reformulação do Código Civil e do Poder Judiciário. Ele se destacou também como relator da Lei de Responsabilidade Fiscal.

– A grande maioria da classe política reconhece a importância do equilíbrio fiscal e do controle

inflacionário. Muita gente pensava que isso era coisa de direita, que podia haver mais inflação para se conseguir mais crescimento econômico. Hoje, essas coisas não são nem de esquerda nem de direita, mas absolutamente necessárias, e quem ganha com isso são os assalariados e os pobres – afirmou o senador em entrevista ao **Jornal do Senado** em maio de 2006.

## Discursos em defesa do decoro e da coisa pública

Jefferson Péres tornou-se respeitado no Senado e na cena política nacional como homem de posições firmes e decididas, cuja atuação parlamentar foi marcada também pela postura ética. Diversos episódios revelam sua atuação no Parlamento na vigilância do decoro e da coisa pública.

Seus discursos trataram da impotência do aparelho de segurança pública na repressão ao narcotráfico, da excessiva edição de medidas provisórias por parte do Executivo, da violação de direitos civis e políticos em Cuba, das cotas raciais nas universidades (das quais era adversário) e, tema recorrente, da necessidade de uma reforma tributária.

Em maio de 2003, Jefferson renunciou ao cargo de titular do Conselho de Ética por discordância com os encaminhamentos tomados. E acusou “forças políticas poderosas de manobrar o órgão e transformá-lo em re-

posteiro para a impunidade”. A decisão foi motivada pelo envio do pedido de abertura de processo contra o então senador Antonio Carlos Magalhães diretamente ao Supremo Tribunal Federal, o que, na opinião de Jefferson Péres, faria do conselho “um órgão meramente decorativo”.

De volta ao Conselho de Ética, em novembro de 2007, viu aprovado seu relatório pela cassação do mandato de Renan Calheiros (PMDB-AL). O senador se destacou ainda como relator, no conselho, do processo que levou à cassação do ex-senador Luiz Estevão, em junho de 2000.

Filiado ao PDT desde 1999, Jefferson sugeriu, dias antes de morrer, que o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) se licenciasse do partido para se defender das acusações de participação em um esquema de desvio de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em agosto de 2006, o senador foi ao Plenário manifestar um “profundo desalento com a vida pública do país”. Disse que faltava ao Brasil “uma elite dirigente comprometida com a coisa pública” e que a crise de ética não é só da classe política, mas da sociedade brasileira.

– Não quero mais viver a vida pública. Vou cumprir o mandato que o povo do Amazonas me deu, não vou me silenciar, mas não me candidatarei em 2010. [...] A classe política já apodreceu há muito tempo – sentenciou.

**“A classe política brasileira já apodreceu há muito tempo”**

## Firme nas posições, duro nas palavras

“Acho que por trás deste Brasil sujo, escuro e ruim há um Brasil limpo e decente. E este Brasil precisa gritar”

“O Estado não deve ser locomotiva de desenvolvimento, mas sim um quebra-gelos, um removedor de obstáculos”

“O presidente Lula pode fazer o país decolar desde que, nos próximos meses, para a composição do próximo governo, não fique prisioneiro do Congresso de pior no Congresso e não se transforme em administrador de crise”

“Para mim, chega! Não vou mais perder o meu tempo” [ao anunciar que deixaria a vida pública ao fim do seu mandato]

“O Brasil está precisando de um estadista, um estadista não perseguido por adversários e não protege amigos que cometem desvios”

## Praia, também do PDT, assume mandato

A vaga deixada por Jefferson Péres será ocupada pelo suplente Jefferson Praia, também do PDT. Amigo pessoal do senador falecido, Praia ocupou o cargo de secretário de Desenvolvimento Regional de Manaus até o mês passado, quando se candidatou a uma cadeira na Câmara Municipal.

Economista pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Praia agora leciona na universidade. Daí vem a base de sua atuação política, voltada para o empreende-



Jefferson Praia vai exercer o restante do mandato do amigo e colega de partido

Emprego em Manaus.

Vereador em 2004, tornou-se secretário de Desenvolvimento Regional de Manaus em 2004, quando se candidatou a uma cadeira na Câmara Municipal de Manaus.

Segundo o plano político do governador de Amazonas em Teresopolis, Praia assumirá o mesmo cargo de Jefferson e estará no lado da perda do

# Senadores lembram coerência

Em discursos e notas oficiais, os senadores manifestaram tristeza com a morte de Jefferson Péres na sexta-feira. Seu colega de partido, Osmar Dias (PDT-PR), afirmou que o Brasil, a Amazônia e o PDT perdem um exemplo de ética na política.

João Durval (BA), também do PDT, disse que a falta do parlamentar pelo Amazonas será sentida em muitos aspectos, como na ética, na justiça e na defesa da soberania da região que representava.

Outra pedetista, Patrícia Saboya (CE), lembrou a contribuição de Jefferson para o fortalecimento do Legislativo brasileiro e para o resgate da imagem do Senado frente à opinião pública.

Para José Sarney (PMDB-AP), Jefferson “era uma excelente figura humana, de hábitos simples e sempre lhano [cortês] no trato”.

Paulo Paim (PT-RS) lembrou que o parlamentar, com outros políticos de sua geração, participou da “longa caminhada pelo fim da ditadura” e da transição democrática, “que culminou com a eleição de um operário para a Presidência da República”.

Segundo Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o Brasil perde uma de suas mais expressivas personalidades políticas.

– Jefferson Péres sempre nos

serviu de exemplo pela sua conduta dentro do Congresso Nacional.

O líder do PMDB na Casa, Valdir Raupp (RO), afirmou que “a democracia brasileira amanheceu hoje [sexta-feira] enfraquecida com a morte do senador Jefferson Péres”.

Aloizio Mercadante (PT-SP) disse ter recebido com “imenso pesar a notícia dessa perda tão repentina”.

– Era um homem de conduta séria e honesta, tendo caracterizado seu mandato pela defesa da ética e por uma opinião fundamentada em todos os assuntos jurídicos relevantes para o Senado Federal.

Papaléo Paes (PSDB-AP) considerou que Jefferson cumpriu com “independência, correção e firmeza” seu mandato e frisou que o senador serviu de inspiração para sua atuação parlamentar. “É um momento muito triste para todos nós. Eu lamento profundamente a morte de um grande companheiro”, afirmou Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Renato Casagrande (PSB-ES) destacou a defesa de Jefferson dos recursos naturais da Amazônia, baseada na criação de um modelo de exploração sustentá-

vel, “capaz de assegurar trabalho e renda para a população local, sem causar a destruição do meio ambiente. Já a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apontou a coerência como uma das grandes virtudes do colega falecido, e resumiu:

– Ele foi um guerreiro na luta em defesa do Brasil.

Em nome do PSDB, o presidente nacional Sérgio Guerra definiu que “a democracia e a ética perdem um grande militante”. Para o senador pernambucano, Jefferson era “firme na conduta, independente e afirmativo”.

Heráclito Fortes (DEM-PI) identificava no senador amazonense “uma vocação ímpar de servir ao país, além de ter sido um combatente firme e comprometido com a ética”.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) lamentou a grande perda para o país e, em particular, para o Senado, destacando a bravura entre as maiores qualidades do senador.

“Exemplo de homem público, correto, sério e um homem de bem”, definiu Gim Argello (PTB-DF), para que o senador amazonense fará muita falta ao Plenário, ao Senado e à legislação.



Jefferson Péres em seu último discurso da tribuna do Senado, na quarta-feira, dia 21

## Colegas do Amazonas exaltam legado

Amigo pessoal de Jefferson Péres, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, destacou a biografia e o legado ético deixado pelo colega de bancada amazonense. Antes de se filiar ao PDT, Jefferson foi fundador do PSDB no estado. Elegeu-se por este partido em 1994.

– Quando meu pai teve seu mandato cassado como senador, um dos seus refúgios espirituais era a casa da família de Jefferson Péres. Inclusive, quando meu pai morreu, o melhor artigo sobre a vida dele foi Jefferson quem escreveu – acrescentou Arthur Virgílio, lembrando que o senador engrandecia as discussões tanto jurídicas quanto econômicas nas comissões temáticas do Senado.

Também colega de bancada estadual de Jefferson Péres, João Pedro (PT) observou que o Brasil e o Senado perderam um grande exemplo de político e de homem público. Mas ficam as idéias e o exemplo dele, assinalou.

## Garibaldi destaca apoio às prerrogativas do Congresso

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, lembrou na sexta-feira, ao comentar a morte de Jefferson Péres, que o ex-senador amazonense expressou todo o seu apoio à independência do Parlamento quando, em fevereiro deste ano, Garibaldi criticou o Poder Executivo pelo excesso de medidas provisórias, prática que interfere nas prerrogativas do Congresso.

– Ele fez um discurso defendendo minha luta contra as medidas provisórias. E terminou esse discurso com o alerta: “Não se deixe abater, não desanime”. No dia de sua morte, tenho que pensar nisso: não desanimar – afirmou.

Para Garibaldi, em matéria de ética e moral, a morte de Jefferson Péres trouxe grandes perdas para o Senado. Ele disse que, a despeito de haver muitos parlamentares que defendem a ética e a moralidade, Jefferson superava os demais por aliar sua dimensão intelectual à bravura e independência.

## Para Lula, ele sempre se guiava pelo interesse público

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou a morte de Jefferson Péres e disse, em nota à imprensa, que o senador sempre procurou guiar-se pelo interesse público e pela defesa da democracia. Eis a íntegra da nota:

“Recebi com tristeza a notícia do falecimento do senador Jefferson Péres e transmito à sua família meus sentimentos. Jefferson Péres foi um político que sempre pautou suas ações pela defesa intransigente da democracia e da ética. Sempre procurou guiar-se pelo que julgava ser o interesse público, mesmo nos momentos de divergências com o governo.

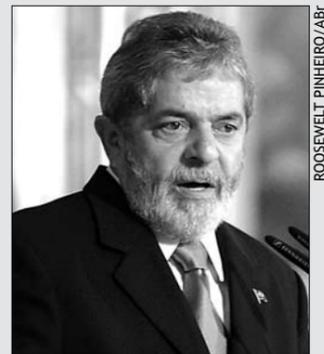


Garibaldi recebeu de Jefferson pedido para não se abater na luta contra MPs

– Ele se agigantava nessa luta – destacou Garibaldi.

O presidente do Senado acredita que o suplente do senador morto, Jefferson Praia Bezerra (também do PDT), deverá ser um dos sustentáculos da independência do Legislativo e da defesa da Amazônia, mas certamente terá dificuldade em ombrear-se com o titular do mandato.

– Substituir Jefferson Péres não é fácil. Ele era muito em tudo. Ele era superlativo.



Para Lula, morte do senador é uma grande perda para a Amazônia e para o Senado

É uma grande perda para o Brasil, para a Amazônia e para o Senado brasileiro.”

## Jarbas vê “perda gigantesca” em tempos de mediocridade

Muito abalado com a morte de Jefferson Péres, a quem classificou de “um homem muito duro com relação à corrupção, aos desvios da política”, o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) destacou a seriedade e a correção com que o parlamentar amazonense conduziu sua trajetória política.

– Nesses tempos de mediocridade na atuação política, sua morte é uma perda gigantesca.

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), afirmou que a atuação de Jefferson era “positiva”, pois sempre buscava chamar a atenção para questões relevantes. O grande conhecimento jurídico e a postura ética do senador do PDT do Amazonas foram

realçados por Eduardo Suplicy (PT-SP), ao manifestar sua “profunda tristeza” com a morte do parlamentar, para ele “um dos maiores valores da história do Senado Federal”.

O 1º secretário Efraim Moraes (DEM-PB) disse que Jefferson Péres era “um símbolo desta Casa, um símbolo de ética”.

– Ele sabia ser amigo, mas também sabia ser crítico e não abria mão de suas posições – destacou Efraim, lamentando que este seja o quarto senador a morrer em um curto período (Ramez Tebet, Antonio Carlos Magalhães e Jonas Pinheiro também faleceram nos dois últimos anos).

Para Marco Maciel (DEM-PE),

a morte do colega empobrece a cena política do país.

– Intelectual, jurista, homem público, era modelo de cidadão de raras virtudes, hoje tão escassas em nosso país. Sua morte nos deixa tristes, torna o Senado menor e empobrece a paisagem política brasileira – avaliou o senador.

Adelmir Santana (DEM-DF) lamentou não ter convivido muito tempo – pouco mais de um ano – com Jefferson, mas que nesse período aprendeu a admirar um parlamentar que exerceu, como destacou, um papel fundamental no processo de recuperação da imagem do Senado.

César Borges (PR-BA) ressaltou que Jefferson sempre foi um modelo direcionador de atitudes dentro do Parlamento. Para Mão Santa (PMDB-PI), era um homem firme em seus princípios e só fez o bem durante a vida.

Cristovam Buarque (PDT-DF) estava consternado, pois não teria tempo de retornar da Hungria para o sepultamento do amigo e colega de chapa ao Palácio do Planalto em 2006. “Era uma daquelas pessoas que eu considerava que não morreria”, comentou Cristovam.

O senador José Nery (PSOL-PA) disse que a morte do colega será lamentada por “todos os que lutam em prol de uma atividade política com seriedade e ética”.

**“Era modelo de cidadão de raras virtudes, hoje escassas em nosso país”**



Arthur Virgílio e a ex-senadora Heloísa Helena diante do caixão do senador, durante velório no Palácio Rio Negro, em Manaus

## Em Manaus e em Brasília, luto oficial e homenagens

O corpo de Jefferson Péres foi velado na sexta-feira, no Palácio Rio Negro, em Manaus. O governador Eduardo Braga (PMDB) decretou luto oficial de três dias no estado, assim como o presidente Lula já havia feito. O sepultamento deveria ocorrer somente na tarde de sábado, no Cemitério São João Batista, para

que um dos três filhos do senador, Romulo Péres, chegasse dos Estados Unidos.

Voto de pesar pela morte do colega foi aprovado pelo Plenário. Durante todo o dia, dezenas de mensagens eletrônicas foram enviadas ao Senado lamentando a morte do parlamentar e elogiando sua postura.

## COMISSÕES



Paim e participantes da audiência pública sobre questões do povo negro: estatuto aguarda decisão da Câmara desde 2005

## Paim cobra da Câmara votação do Estatuto da Igualdade Racial

Em audiência pública que discutiu questões relacionadas ao povo negro, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS), apelou aos deputados para que aprovem logo o Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03), com ou sem emendas. O senador enfatizou que não aceita discursos “desonestos” sobre a necessidade de se alterar o projeto apenas para protelar sua votação.

– Quero é coragem, o que significa discutir e votar. Quando chegar no Senado votamos em um mês. Não façam como o Estatuto dos Povos Indígenas, que está há 30 anos sem votação – disse Paim, autor do projeto aprovado pelo Senado em 2005.

O relator da proposta na Câmara, deputado Antônio Roberto (PV-MG), informou que atual-

mente está trabalhando no ponto do estatuto relacionado à liberdade de expressão religiosa. Para ele, cada pessoa tem o direito de fazer sua opção religiosa.

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) manifestou sua disposição de lutar para que o Estatuto da Igualdade Racial “não fique adormecido na Câmara” e alertou para o agravamento do “clima de intolerância” verificado em todo o mundo.

– Fico imaginando que, se não houvesse tantas religiões, buscando difundir o amor entre as pessoas, a raça humana já estaria extinta – frisou.

O senador José Nery (PSOL-PA) destacou que as audiências públicas na CDH são importantes para se realizarem as mudanças necessárias para que a Abolição (proclamada formalmente há 120 anos) aconteça de forma completa e integral.

**APOSENTADORIAS** - Paulo Paim voltou a defender a aprovação de projeto de lei de sua autoria que extingue o fator previdenciário na concessão de aposentadorias (PLS 296/03). A reivindicação foi feita durante lançamento da

Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados e Pensionistas, na presença de representantes de entidades dos aposentados de todo o país. A proposta, já votada no Senado, agora tramita na Câmara dos Deputados.

## Escolas inovadoras relatam experiências

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realizou debate para analisar os méritos e buscar boas lições sobre os trabalhos vencedores do prêmio Victor Civita Professor Nota 10, promovido pela revista *Nova Escola*.

Diversas escolas enviaram representantes para falar dos projetos vencedores. Um deles, da Escola Municipal Francisco Aragão, de Rio Branco, obteve reconhecimento com um projeto de estudo de insetos feito por alunos de seis anos.

A professora Bernadete Rocha da Silva, da escola do Acre, destacou a necessidade de valorizar não só a criança e sua capacidade de aprendizado, mas também as iniciativas propostas pelo professor, que vão desde a arquitetura dos prédios escolares até a autonomia para implementação de projetos pedagógicos.

Segundo Bernadete Rocha, o projeto de pesquisa sobre os insetos envolveu 31 crianças da

pré-escola, estimuladas a perguntar sobre o tema e, assim, a testar hipóteses e a seguir os demais passos de um estudo científico. Tudo isso ocorreu em paralelo, conforme explicou, ao aprendizado da leitura e da escrita. A pesquisa foi concluída com a montagem de um museu (insetário) com exemplares de dez insetos pesquisados.

– As crianças são capazes de elaborar hipóteses e testá-las ao mesmo tempo em que aprendem a ler e escrever. A maioria saiu da pré-escola alfabetizada – comentou.

A importância do estudo a partir da linguagem local foi destacada pelo senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE). Já Paulo Duque (PMDB-RJ) lembrou que a literatura de cordel já ultrapassou a fronteira do Nordeste. Augusto Botelho (PT-RR) e Mão Santa (PMDB-PI) ressaltaram a necessidade de valorização do professor. Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou as experiências gaúchas premiadas.

## Lei dos direitos autorais precisa de modificações

A legislação brasileira sobre a cobrança de direitos autorais precisa ser urgentemente revista, concluíram os senadores durante audiência pública conjunta sobre o tema promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

No debate, representantes dos músicos, das universidades e das empresas de comunicação criticaram duramente a atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), que fiscaliza e cobra direitos autorais junto, por exemplo, às emissoras de rádio e televisão.

Professor da PUC de São Paulo, Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli disse que a lei foi feita para a música, mas o mundo atual seria dominado pelo audiovisual. Para

o coordenador-geral de Direito Autoral da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, Marcos Alves de Souza, o governo não tem como avaliar se os valores cobrados pelo Ecad são justos e bem distribuídos.

O único a defender a atuação do Ecad foi o vice-presidente da Associação Brasileira de Música Independente, Francisco João Moreirão de Magalhães, para quem “o direito autoral é a trincheira definitiva contra a substituição da cultura nacional por uma subcultura norte-americana”. Moreirão acusou as grandes gravadoras de serem as fornecedoras de 80% das cópias de CDs que abastecem o mercado pirata – acusação que levou Flávio Arns (PT-PR) a anunciar o envio de uma denúncia à Polícia Federal.

## Missão busca redução de burocracia nos vistos em Angola

Integrantes de uma comissão do Senado que viaja à África, Heráclito Fortes (DEM-PI), Marconi Perillo (PSDB-GO), José Nery (PSOL-PA) e João Pedro (PT-AM) reuniram-se na semana passada com o vice-presidente da Assembleia Nacional de Angola, deputado João Lourenço, e com integrantes das comissões de Relações Exteriores e de Defesa do parlamento local.

Nos dois encontros, os senadores discutiram a necessidade de diminuir a burocracia na concessão de vistos de trabalho no país e as possibilidades de criação de uma nova linha aérea ligando Brasil e Angola.

As reuniões fizeram parte da agenda do último dia da missão dos quatro senadores à África. Iniciada em 10 de maio, a missão passou por Cabo Verde, Senegal, Guiné-Bissau, Nigéria e São Tomé e Príncipe. O objetivo da viagem é, por meio da diplomacia parlamentar, estreitar as relações do Brasil com os países visitados.

Os senadores chegaram a Angola no dia 17 e, durante o fim de semana, conheceram várias obras que estão sendo realizadas por empresas brasileiras no país. Foram visitadas rodovias em processo de duplicação, condomínios e prédios públicos em construção.

Os senadores reuniram-se também com brasileiros que vivem em Angola e ouviram suas principais demandas. O Consulado do Brasil calcula que haja em torno de 15 mil brasileiros naquele país atualmente.

O aumento do número de vôos e a facilitação dos vistos estavam na pauta, bem como a necessidade de instalação de escolas brasileiras no país. Hoje, uma companhia aérea local realiza três vôos semanais entre Rio de Janeiro e Luanda.

## HOMENAGEM

## Senadores manifestam pesar pela morte de Zélia Gattai

Os senadores lembraram na semana passada a enorme perda para a cultura nacional representada pela morte da escritora Zélia Gattai, de 91 anos, ocorrida no último dia 17 em Salvador.

Escritor e imortal, José Sarney (PMDB-AP) lembrou, em nota à imprensa, a amizade de 50 anos com Zélia e o escritor Jorge Amado, falecido em 2001, com quem a escritora foi casada por 56 anos.

– Zélia foi uma incansável trabalhadora das letras e uma personalidade inconfundível. Sua permanente alegria, seu senso de humor e de responsabilidade eram marcantes no seu caráter. Os longos anos em que convivemos foram enrique-

cedores para mim, privilégio que a vida me concedeu de estarmos tão próximos e tão afetuosamente ligados.

Sarney disse que nem Zélia Gattai nem Jorge Amado seriam o que foram se não tivessem tido um ao outro.

– É um pedaço do Brasil que desaparece, nossa paisagem humana fica menor e nós, da Academia Brasileira de Letras, sentimos uma ausência que nunca será preenchida – afirmou o senador.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) classificou a morte de Zélia Gattai como uma “enorme perda” para a literatura.

Ele ressaltou que sentia uma “dor aguda” também pelo fato de Zélia ser amiga sua, de sua

mãe e de sua família. O parlamentar frisou que o falecimento de Zélia fez reviver nele o sofrimento causado pela perda do escritor Jorge Amado.

Para o senador, Zélia, integrante da Academia Brasileira de Letras, foi uma escritora “ímpar, de luz própria, que adotou a Bahia e por ela foi adotada”. Ele aproveitou para reafirmar seu compromisso com a defesa da Fundação Casa de Jorge Amado e com a implantação do Memorial Jorge Amado.

Marco Maciel (DEM-PE) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) também lamentaram a morte da escritora, famosa, entre outros livros, por *Anarquistas, Graças a Deus*.



Zélia Gattai, com Jorge Amado, seu companheiro por 56 anos: morte de escritora causou comoção entre senadores

## Voz do Leitor

## IPVA PARA MOTOS

“Quero pedir aos senadores que procurem ver com mais carinho a cobrança do IPVA, principalmente de motos. No interior, como em minha cidade, o transporte urbano é precário e às vezes não atende a demanda. Por isso, milhares de trabalhadores se utilizam das motos para os mais diversos fins. Mas o imposto, hoje em torno de R\$ 400, acaba pesando muito para os trabalhadores, já que a maioria só recebe um salário mínimo. É bom lembrar que aqui quase todas as ruas têm buracos e muitos bairros não possuem asfalto.”

**Paulo A. Henrique, de Araguaína (TO)**

## ETANOL

“Enganam-se o FMI, a ONU e os senadores franceses ao colocarem a culpa pela escassez de comida no mundo no etanol brasileiro. Não vêem eles que, mais do que uma alternativa energética, o etanol é menos poluente do que os derivados de petróleo, e que contribuirá para um meio ambiente mais limpo para todos? A alternativa brasileira é, sim, em curto prazo, um investimento para a humanidade. No mais, o Brasil é gigante pela própria natureza, notadamente em relação à quantidade de terras agricultáveis, com enorme aptidão para tornar-se um grande celeiro mundial, desde que as políticas internas favoreçam o homem do campo.”

**Wautier Toledo Guimarães, de Cachoeira Paulista (SP)**

## APOSENTADOS

“Solicito que o senador Paulo Paim elabore um projeto de lei que retire do presidente da República o poder de vetar reajuste de salário para aposentados.”

**Reginaldo Zucoloto, de Venda Nova do Imigrante (ES)**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

## CONCURSOS

“Sugiro a apresentação de um projeto de lei estabelecendo que os concursos das esferas municipal, estadual e federal sejam gratuitos.”

**Tiago Alves Cabral, de Pindamonhangaba (SP)**

## EDUCAÇÃO

“Parabenizo a senadora Rosalba Ciarlini pela sua postura parlamentar e espero que os problemas da educação no Brasil sejam solucionados, para que possamos nos orgulhar do nosso país.”

**Francisco Gilson Dantas de Souza, de Caraúbas (RN)**

## ELEIÇÕES 2008

“Tenho dúvidas sobre reportagem do **Jornal do Senado** (edição de 12 a 18 de maio) em que se afirma, no segundo parágrafo da matéria ‘Reeleição’, que ela pode ser tentada sem renúncia ao cargo: ‘Já os chefes dos Executivos municipais, ou seus vices, que pretendem disputar uma cadeira de vereador foram obrigados a se desincompatibilizar no dia 3 de abril’. Creio existir resolução do Tribunal Superior Eleitoral que permite a vice-prefeito que não assumiu o cargo de prefeito nos últimos seis meses se candidatar a vereador.”

**Thales Murta, de Joáima (MG)**

**Nota da Redação:** O leitor tem razão. De acordo com a Lei Complementar 64/90, que trata das inelegibilidades, interpretada pela Resolução 20.587/00 do TSE, não há necessidade de desincompatibilização do vice-prefeito que pretender disputar um cargo de prefeito ou vereador, mas ele não poderá substituir o prefeito no exercício do cargo nos seis meses que antecedem o pleito, ou seja, no caso da próxima eleição, retroativamente a 3 de abril.

## ambiente legal



DIVULGAÇÃO

## Novidade sobre o Sol

Uma nova geração de usinas solares, chamadas de térmicas, promete produzir eletricidade 40% mais barata que a fornecida pelas usinas fotovoltaicas. O novo sistema utiliza o calor dos raios solares, refletidos por espelhos e captados por uma torre receptora. Esse calor aquece um fluido, geralmente sal liquefeito, que permanece estocado sob alta temperatura. Quando há demanda, o fluido é conduzido até um gerador e o vapor que desprende move uma turbina, gerando eletricidade.

**H**á hoje cerca de 50 usinas solares térmicas instaladas, em planejamento ou em construção no mundo. Apesar do enorme potencial do país, não há projetos dessas usinas no Brasil. A média diária de radiação solar sobre o território brasileiro é de 5,5 quilowatts-hora por metro quadrado - o dobro da que incide na Alemanha, um dos países que mais utilizam essa forma de energia.

## Celular em xeque

O neurocirurgião Vini Khurana, da Faculdade Nacional de Medicina da Austrália, está gerando polêmica internacional. O médico afirma que, em alguns anos, o celular deve matar mais que o cigarro. Segundo ele, há pelo menos oito estudos clínicos indicando relação entre o uso de celulares e certos

tipos de tumor no cérebro. Vini Khurana sugere que a população, sobretudo crianças, use o aparelho o mínimo possível (utilizando o viva-voz, com o celular a pelo menos 20 cm da cabeça). Ele também pede moderação no uso de *bluetooth* e de *headsets* (fones de ouvido com microfone) sem fio.

**PRECAUÇÃO NO RIO** - Com base no trabalho do dr. Vini Khurana, o Ministério Público do Rio de Janeiro anunciou ter instaurado investigação para examinar o impacto do uso de celulares na saúde da população. O promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, Rodrigo Terra, disse que, “se a informação do médico se confirmar, o MP deverá adotar medidas para que os efeitos nocivos do celular sejam informados à população”.

**CARRO ELÉTRICO A CAMINHO** - No momento em que cresce a preocupação com as mudanças climáticas e o preço do petróleo bate recordes sucessivos no mercado internacional, a Renault-Nissan anuncia para os próximos anos a produção em massa de carros 100% elétricos, com emissão zero de poluentes. O grupo pretende lançar até 2010 nos EUA um modelo elétrico, que seria oferecido até 2012 em todos os grandes mercados do mundo.

## Frases

“Essa questão é vencida [CPMF]. Não se deve criar novo imposto”

**Garibaldi Alves Filho**, contrário à criação de um imposto semelhante à extinta CPMF.

“A Sudam historicamente foi uma fonte incomensurável de corrupção, e não vejo como entendê-la purificada, ainda agora que houve a união do aparelhamento petista com antigos abutres”

**Demostenes Torres**, para quem é “extremamente temerário” o Programa Amazônia Solidária (PAS), que prevê o retorno operacional da Sudam.

“Não tenho medo da cobiça internacional, mas sim da nacional, das ações de pecuaristas e madeireiros que poderão levar ao holocausto ambiental da região”

**Jefferson Péres**, que faleceu na sexta, sobre artigo do jornal *The New York Times* com a tese de que a Floresta Amazônica deve ficar sob jurisdição internacional.

“A não ser que o governante seja filho de chocadeira”

**Epitácio Cafeteira**, contrário à proposta de proibir a contratação de parentes para cargos em comissão no setor público.

“Já que estamos no terreiro da granja, não tenho notícia de nenhum galo ou galinha que tenha nomeado um parente para coisa nenhuma”

**Arthur Virgílio**, logo após Epitácio Cafeteira manifestar sua opinião.

“Estamos vivendo um festival de mentiras aqui. E, sinceramente, não sinto firmeza em nenhuma das partes e prefiro reservar minha expectativa ao laudo da Polícia Federal”

**José Agripino**, sobre os depoimentos de André Fernandes e de José Aparecido Pires na CPI dos Cartões.

“Quanto maior for a dificuldade apresentada pelo Parlamento em responder ao que dele se demanda, maior o risco de ser visto como inoperante e como empecilho à resolução de importantes questões que afetam a vida dos outros”

**Tião Viana**, sobre a crise de credibilidade vivida pelo Parlamento.

## Foto da Semana

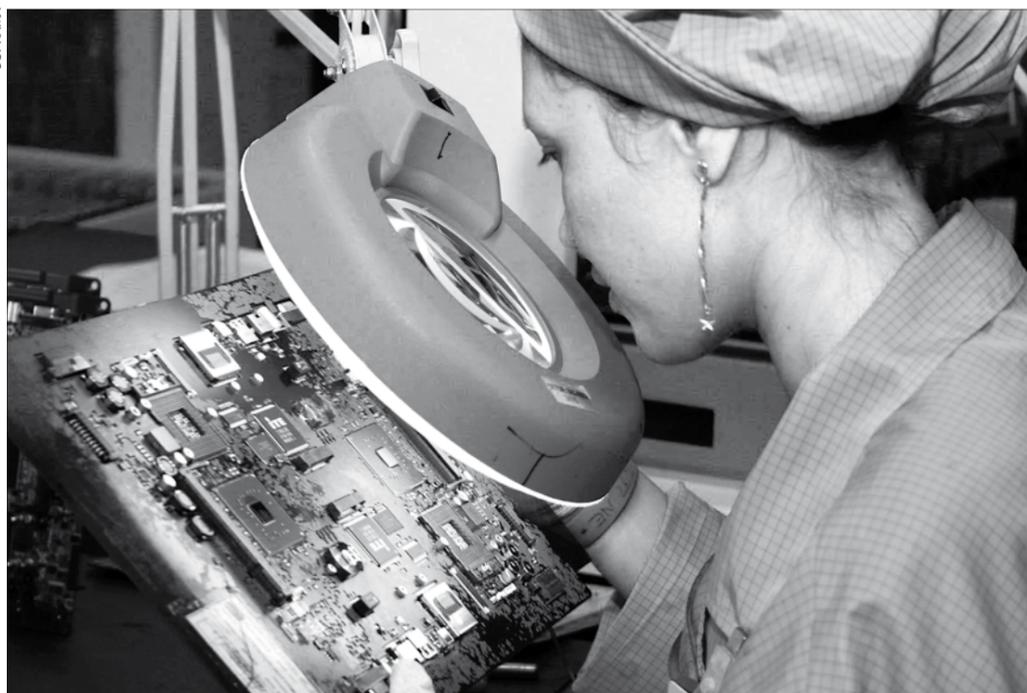
Militares do Exército ouvem o Hino Nacional durante sessão do Senado que homenageou os 200 anos dos Dragões da Independência, na terça-feira. A unidade militar, responsável hoje pela segurança do presidente da República, teve origem no Regimento de Cavalaria de Guardas, instituído em 1808 por decreto de dom João VI. E participou do Grito do Ipiranga, quando dom Pedro I proclamou a Independência do Brasil



JOSÉ CRUZ

## TV Senado entrevista Leci Brandão no Espaço Cultural

O Espaço Cultural apresenta entrevista exclusiva com a cantora Leci Brandão, intercalando trechos da entrevista com shows de seu DVD *Canções afirmativas*, em que canta as músicas *Preferência*, *Anjos da Guarda*, *O Morro não tem vez*, *Revolta Olodum* e *Zé do Caroco*. Leci nasceu e foi criada nas proximidades de redutos do samba carioca, como a Portela, Vila Isabel e Mangueira. Nos anos 60 começou a atuar como cantora e compositora, e em 1968 ganhou o primeiro prêmio do programa *A Grande Chance*, da TV Tupi. Em 1972 entrou para a ala dos compositores da Mangueira, sendo a primeira mulher a conseguir esse feito. Participou de festivais de MPB e samba, e lançou o primeiro disco em 1974, um compacto com músicas suas. Em 1975 veio o primeiro LP, *Antes que eu volte a ser nada*, seguido por outros três ainda nos anos 70. No início da década de 80 brigou com a gravadora Polygram e passou alguns anos sem gravar, época em que se acentuou sua atuação política, ligada ao sindicalismo e aos direitos humanos e minorias. Também foi o período em que desenvolveu sua carreira no exterior, apresentando-se em países como Japão, Dinamarca, Angola e Estados Unidos. Em 1990, seu disco *Cidadã brasileira* ganhou dois prêmios Sharp. Atua como comentarista dos desfiles do carnaval carioca e lançou, em 1999, o CD *Autoestima*. O programa vai ao ar na TV Senado neste sábado, às 24h, e domingo, às 14h30.



Fabricação de circuito integrado: programa da Rádio Senado debate pacote de incentivos do governo

# A nova política industrial em foco

Um dos principais focos da nova política industrial do governo é a ampliação das exportações. A meta para 2010 é fazer com que o Brasil tenha uma participação de 1,25% do total das exportações no mundo, o que corresponde a US\$ 208,8 bilhões. No ano passado, as vendas do país para o exterior representaram 1,18% das exportações mundiais,

ou US\$ 160,6 bilhões. A expectativa é de um crescimento médio anual de 9,1% nas vendas externas entre 2008 e 2010. Para atingir essa meta, as novas medidas devem gerar uma renúncia fiscal de R\$ 21,4 bilhões entre 2008 e 2011. Vários setores serão beneficiados, como o complexo industrial da saúde e os de tecnologia da informação e comunicação, energia

nuclear, complexo industrial da defesa, nanotecnologia e biotecnologia. As medidas anunciadas terão o efeito esperado? Qual é o papel do Congresso Nacional nessa discussão? A nova política industrial brasileira é o tema do quadro "Entrevista Especial" do programa *Conexão Senado* desta segunda-feira, ao meio-dia, da Rádio Senado.

## No Salão Nobre, Sidney Possuelo fala sobre índios

O programa *Salão Nobre* entrevista Sidney Possuelo, indigenista com quase 40 anos de trabalho junto aos índios brasileiros, em grande parte na atração de tribos isoladas. Possuelo iniciou sua formação em São Paulo, aos 17 anos,

trabalhando com os sertanistas Cláudio e Orlando Villas-Boas. Foi nomeado presidente da Funai em 1991, onde trabalhou até 2006. Participam também do programa Joênia Wapixana – advogada do Conselho Indigenista de Roraima e integrante

da delegação brasileira no Fórum Permanente dos Povos Indígenas da ONU – e a jornalista Eliane Lucena, especializada em meio ambiente e questões indígenas. Na TV Senado, neste sábado, às 16h30 e 21h30, e domingo, às 11h30 e 22h.

## Senado Verde: experiências em gestão ambiental

O Senado criou em 2007 o programa Senado Verde, para estimular iniciativas de boa gestão ambiental, mobilizar as pessoas e buscar soluções para evitar desperdícios e reduzir o consumo de energia, água e papel. Este é o assunto do especial *Senado Verde, mudança de atitude*, por meio do qual a Rádio Senado vai contar um pouco dessas experiências de sucesso.

Dentre as medidas já adotadas, o ouvinte vai conhecer novas tecnologias para evitar velhos desperdícios; a digitalização da ordem do dia; a coleta seletiva do lixo; o uso do biodiesel e a manutenção permanente da frota de veículos do Senado; a transformação do lixo orgânico em adubo e os programas e dicas sobre ecologia nos veículos de comunicação da Casa.

O especial vai ao ar nesta sexta, às 18h, com reprise no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h.

## A ciência de descobrir novas espécies do cerrado

Catorze novas espécies – oito peixes, três répteis, um anfíbio, um mamífero e uma ave – foram descobertas em expedição na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, unidade de conservação criada pelo Instituto Chico Mendes.

A expedição durou 29 dias e foi realizada por 26 pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), do Museu de Zoologia da USP, das universidades federais de São Carlos e do Tocantins e da ONG Conservação Internacional (CI Brasil). Considerado o mais amplo estudo sobre o cerrado, o trabalho da expedição é o assunto do *Senado Ciência*, que a Rádio Senado leva ao ar nesta quarta-feira, às 8h30.

### SÁBADO

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - Ecosenado  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado (reprise)  
7h15 - Ecosenado (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De coração (reprise)  
8h30 - TV Brasil Internacional  
Hecho a Mano  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - Ecosenado (reprise)  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Música  
15h30 - Mesa Brasileira  
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos  
17h40 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras  
20h30 - Ecosenado (reprise)  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Especial (reprise)  
22h40 - Diplomacia  
23h30 - De coração (reprise)  
24h - Espaço Cultural

### DOMINGO

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - Ecosenado (reprise)  
2h30 - Diplomacia -  
3h30 - Cidadania Entrevista -  
4h - Leituras  
4h30 - De coração (reprise)  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras  
8h30 - De coração (reprise)  
9h - Diplomacia  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
11h - Alô Senado  
11h15 - Ecosenado (reprise)  
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural (reprise)  
16h - Mesa Brasileira (reprise)  
17h - Diplomacia  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Música  
20h30 - Leituras  
21h - Mesa Brasileira (reprise)  
22h - Especial (reprise)  
23h10 - Parlamento Brasil  
23h40 - De coração (reprise)  
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

### SÁBADO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
9h - Prosa e Verso  
9h30 - Música e informação  
10h - Reportagem Especial  
10h30 - Música e informação  
11h - Música Erudita  
12h - Senado Resumo  
12h30 - Música e informação  
14h - Cine Musical  
14h15 - Música e informação  
15h - Autores e Livros  
15h20 - Música e informação  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Senado Resumo  
19h30 - Música e informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e informação

22h - Cine Musical  
22h15 - Música e informação

### DOMINGO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
9h20 - Música e informação  
10h - Cine Musical  
10h15 - Música e informação  
11h - Música do Brasil  
12h - Música e informação  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Prosa e Verso (reprise)  
16h30 - Música e informação  
17h - Reportagem Especial  
17h30 - Música e informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

### Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo  
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)  
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).  
ANTENA PARABÓLICA  
Sistema analógico: Satélite - B1  
Transponder - 11 A2  
Polarização: Horizontal  
Frequência - 4.130 MHz  
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical  
Frequência - 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz  
Antena - 3,6 m  
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio  
Digital NTSC MPEG-2 DV  
Symbol Rate - 3,2143Ms/s  
FEC - ¾

### Como sintonizar

FM  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas  
ONDAS CURTAS  
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG  
INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player  
ANTENA PARABÓLICA  
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## HOMENAGENS

# Dragões lembrados por seus 200 anos

Na sessão especial realizada para homenagear os 200 anos de criação dos Dragões da Independência, os senadores lembraram a participação do regimento de cavalaria em momentos importantes da história do país, a começar pelo Grito do Ipiranga, dado por dom Pedro I ao declarar a independência do Brasil em relação a Portugal, em 1822.

Como lembrou o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, a

unidade do Exército – hoje responsável pela guarda e segurança do presidente da República – nasceu no Regimento de Cavalaria de Guardas instituído por decreto de dom João VI, após sua mudança para o Rio de Janeiro, no início do século 19. O nome de Dragões da Independência foi dado em 1946.

– O regimento viveu ativamente momentos culminantes, como o da independência do Brasil, quando da sua proclamação, em

7 de setembro de 1822. Naquela ocasião, esteve representado por componentes da Imperial Guarda de Honra do Príncipe Dom Pedro, oriundos do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas – detalhou Garibaldi.

Autor da sugestão de se prestar a homenagem, o senador Gim Argello (PTB-DF) acrescentou que dom João VI criou o regimento em 13 de maio, dia do 41º aniversário do monarca português. Gim lembrou ainda que os Dragões da Independência participam, a cada quatro anos, da posse do presidente da República eleito, bem como da recepção, na rampa do Congresso Nacional, de chefes de Estado estrangeiros. Os Dragões, que desde 1968 estão sediados em Brasília, ressaltou o senador, também prestam serviços à comunidade, como atividades de equitação e equoterapia.



Dragões perfilados nas galerias do Plenário durante a sessão especial

## Elogios na despedida de Sibá Machado

Os senadores se revezaram na tribuna, na semana passada, para homenagear Sibá Machado (PT), que desde 2003 vinha exercendo o mandato de senador pelo Acre, como suplente da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva.

A líder Ideli Salvatti (PT-SC), em nome da bancada, declarou sentir uma “saúde antecipada, uma saudade ruim”.

– Um companheiro que compartilhou bons e maus momentos; soube se fazer respeitar por todos em inúmeros embates e

não permitia que sua condição de suplente o colocasse em outra categoria que não fosse a de senador em exercício pleno de seu mandato – elogiou a parlamentar.

Já Tião Viana (PT-AC) agradeceu, em nome do povo do Acre, o fato de Sibá Machado ter substituído Marina Silva “com honradez” e ter sido um exemplo de educação política. Outro acreano, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB), afirmou que Sibá foi “maior que o mandato”, pela seriedade com que o

cumpriu.

Também exaltaram o trabalho de Sibá Machado Fátima Cleide (PT-RO), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Papaléo Paes (PSDB-AP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Paulo Paim (PT-RS), Renato Casagrande (PSB-ES), Valter Pereira (PMDB-MS), Flávio Arns (PT-PR), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Mão Santa (PMDB-PI), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Paulo Duque (PMDB-RJ), Valdir Raupp (PMDB-RO), Augusto Botelho (PT-RR) e Mário Couto (PSDB-PA).

## Bandeira é tema de concurso de redação

A representante da Secretaria de Educação de Roraima, Edilene Vicente da Silva Melo, recebeu, simbolicamente, da diretora de Relações Públicas do Senado, Juliana Guaracy Rebelo, o primeiro dos kits que serão enviados às secretarias de Educação estaduais parceiras do 1º Concurso de Redação do Senado Federal, que tem como tema a Bandeira Nacional. Poderão participar os alunos das duas últimas séries do ensino fundamental. O kit contém o regulamento do concurso, a ficha de inscrição para o aluno, uma folha de redação, além de um exemplar da Constituição federal e um periódico com informações sobre o funcionamento do Congresso Nacional.

## Estatuto do Idoso será o próximo título em braile

Durante a entrega de publicações em braile para quatro entidades que prestam apoio a deficientes visuais em Belo Horizonte, o presidente da Comissão de Feiras de Livro do Senado, Júlio Werner Pedrosa, anunciou que o próximo título a integrar o catálogo braile do Senado será o Estatuto do Idoso. A solenidade ocorreu no Expominas, local onde está sendo realizada a 1ª Bienal do Livro de Minas Gerais. Segundo Pedrosa – que também é diretor-executivo da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) do Senado –, a publicação do Estatuto do Idoso em braile vinha sendo reivindicada nas últimas feiras de livro das quais o Senado participou.

## Presidência



FOTOS: JANE ARAÚJO

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, garantiu que o Legislativo vai apressar a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em dezembro de 2006. Ele fez essa promessa à representante da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Izabel Maior.

Considerada um marco para os que defendem equidade social para os deficientes, a convenção já foi assinada por 24 países. A meta agora é fazer com que o Brasil seja o 25º a ratificar o documento.

A ratificação dessa convenção confere ao texto a mesma relevância de uma norma constitucional, daí por que é votada em dois turnos, nas duas Casas do Legislativo. Nesta semana, espera-se que o acordo seja ratificado na Câmara, seguindo então para o Senado.

Garibaldi sugeriu que a Coordenadoria faça um evento para celebrar a ratificação desse documento pelo Parlamento brasileiro.

**REAJUSTE** – Garibaldi Alves afirmou que o funcionalismo não será prejudicado pelo acordo que transformou em projeto de lei a Medida Provisória 430/08, que abriu crédito extraordinário de R\$ 7,56 bilhões para reajustar os vencimentos de 800 mil servidores. Ele disse que o funcionalismo pode ficar “absolutamente tranquilo” quanto à votação do projeto, de acordo com os prazos previstos para o reajuste de seus vencimentos.

**CPMF** – O presidente do Senado disse que o governo encontraria dificuldades para aprovar uma nova versão da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) no Senado para financiar a saúde. A questão é cogitada pela base governista na Câmara. O governo busca uma fonte de recursos para fazer frente à regulamentação da Emenda Constitucional 29, que destina mais verbas para o setor.

**CINEGRAFISTA** – Garibaldi Alves lamentou a morte do operador de câmera da TV Senado Alípio Vieira da Cruz, ocorrida na madrugada do dia 20. Alípio Cruz, 56 anos, há 14 na emissora, faleceu vítima de um ataque cardíaco. Diversos senadores homenagearam o cinegrafista, que trabalhara até a sessão da tarde da véspera.

– Se temos uma imagem pública, isso se deve ao trabalho da TV Senado. Não fosse pelos operadores de câmera, certamente isso não aconteceria. Estamos aqui hoje para dizer da saudade que ele deixou – disse o senador.

## Candidato pede ajuda do Senado para fiscalizar pleito

O candidato oposicionista à Presidência de El Salvador, Mauricio Funes, visitou Garibaldi Alves, a quem pediu que enviasse uma missão de senadores para observar as eleições naquele país, em 15 de março de 2009. Representante da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), ele disse temer pela falta de transparência no processo eleitoral.

Mauricio Funes informou que esta é a primeira vez, em seu país, que a oposição ameaça o partido que está no poder, daí ele temer retrocessos no processo de estabilização democrática de El Salvador. – Sou candidato a presidente pela primeira força política de oposição, uma força de esquerda. Estamos à frente nas pesquisas, mas tememos retrocesso em relação à transparência do processo eleitoral.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta  
**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro  
**Diretor-Geral do Senado:** Agaciél da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### JORNAL DO SENADO

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves  
**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.  
**Reportagem:** Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar

**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e Atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

**Agência Senado**

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

**www.senado.gov.br/jornal**

E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Medicina tem novas armas contra leucemia

A leucemia geralmente assusta muito as pessoas por ser freqüente em crianças e porque, no passado, era uma doença quase sempre fatal. Com os avanços da medicina, atualmente muitas pessoas podem ser curadas ou conviver com a doença por muitos anos. Se, em 1970, apenas de 20% a 30% das crianças com leucemia eram curadas, hoje, 80% a 90% delas conseguem se recuperar. Veja o que é e como identificar a doença.

## Doença provoca produção anormal de glóbulos brancos

O que se chama de leucemia são, na verdade, vários tipos de cânceres de causa desconhecida, que atingem a produção dos leucócitos – os glóbulos brancos responsáveis pela defesa do organismo, presentes nos gânglios linfáticos e na corrente sanguínea – provocando um aumento anormal e desordenado dessas células.

Os glóbulos brancos, os glóbulos vermelhos (transportam oxigênio para órgãos e tecidos) e as plaquetas (responsáveis pela coagulação) são células sangüí-

neas produzidas na medula óssea (no tutano de ossos da bacia, da perna e outros).

Quando os leucócitos são produzidos em quantidade acima do normal, além de não defenderem o organismo, eles começam a ocupar a medula óssea, interferindo na produção de glóbulos vermelhos e plaquetas, que diminuem sensivelmente.

A leucemia pode ser aguda ou crônica (segundo a forma de evolução) e mielóide, linfóide (as mais comuns) e outras, conforme o tipo de leucócito envolvido.

Como existem vários tipos de leucócitos (linfócitos, neutrófilos, monócitos etc.) e cada um se divide em subcategorias diferentes, há muitos tipos de leucemia.

A doença atinge o mesmo percentual de pessoas em todo o mundo, sendo mais freqüente nos homens brancos. Duas faixas etárias são as mais atingidas: crianças até dez anos e pessoas em torno dos 60 anos.

ANA CASTANEDA/FILICKR



O índice de incidência da leucemia é praticamente igual em todas as faixas etárias, sendo mais freqüente em crianças até dez anos e pessoas acima de 60

## Tratamento pode ou não exigir quimioterapia

A leucemia crônica do tipo linfóide, a mais comum, pode ser tratada com medicamentos relativamente simples, por via oral, assim como a do tipo mielóide crônica. Em pacientes com mais de 60 anos muitas vezes não é necessário qualquer medicamento.

Na leucemia aguda, é necessário internar o doente, pois ele corre o risco de sofrer hemorragia no cérebro, nos olhos e no aparelho digestivo, e pode precisar de transfusões.

O tratamento começa com quimioterapia, em que são administradas doses maciças de medicamentos. Essa primeira fase, chamada de remissão, dura de um a dois meses e tem por objetivo eliminar os leucócitos doentes. Em geral, eles somem do sangue em uma ou duas semanas e a produção das células sangüíneas é normalizada. O hemograma então volta ao normal e um novo mielograma costuma revelar que não existe mais doença na medula óssea.

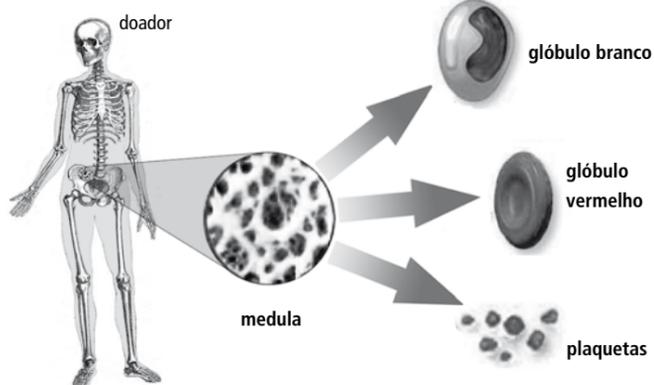
Essa primeira quimioterapia não basta para eliminar de vez a leucemia. Podem ter sobrado pequenas quantidades de células doentes que, invariavelmente, farão com que a doença volte. Vêm então as seguintes etapas:

► **consolidação** (tratamento intensivo com substâncias não empregadas anteriormente);

► **reindução** (repetição dos medicamentos usados na fase de indução da remissão); e

► **manutenção** (o tratamento é mais brando e contínuo por vários meses).

Recentemente surgiu um medicamento para tratar a leucemia mielóide crônica, que era incurável e para a qual, em pacientes jovens, o único tratamento era o transplante. Seus efeitos tóxicos são bem menores que os da quimioterapia e ele tem sido considerado uma revolução no tratamento desse tipo de leucemia.



## Um simples hemograma detecta o problema

A primeira providência para diagnóstico da leucemia é pedir um hemograma para avaliar se há alterações no número das células sangüíneas e se existe anemia, já que a doença faz baixar os níveis de hemoglobina no sangue. O diagnóstico exige também a realização de testes especiais para identificar qual é o tipo da doença. Esses exames orientam o médico na prescrição do tratamento.

Os sintomas da leucemia variam segundo a forma da doença. Na aguda, a pessoa tem sonolência, fraqueza, palidez, cansaço, pequena perda de peso, febre, dor óssea e abdominal, falta de ar, infecções e, mais importante para o diagnóstico, facilidade para ter sangramento, hemorragias (especialmente no nariz e gengivas) e hematomas. Essa forma avança rapidamente e o índice de mortalidade é maior em pessoas com

menos de 35 anos.

Já a leucemia crônica tem evolução lenta e, às vezes, completamente sem sintomas. Em geral, a pessoa não sente nada, faz um *check-up* ou um exame de sangue por qualquer motivo e descobre a alteração significativa na contagem das células do sangue.

Embora, na maioria das vezes, os tipos de leucemia tenham causas desconhecidas, alguns podem ser gerados por agentes bem específicos, como a exposição à radiação ou a produtos químicos. Estudos apontam ainda o fumo como um fator de risco para a doença.

Evitar a exposição a esses fatores, visitar regularmente o médico e manter os exames em dia são providências fundamentais para que não haja surpresas desagradáveis. Veja mais sobre como prevenir doenças no *Especial Cidadania* 171, de 28/5/07.

## Em alguns casos transplante é obrigatório

Dependendo do tipo de leucemia, um transplante de medula pode ser obrigatório. Existem hoje dois tipos de transplante:

• **Autólogo** – Depois de uma quimioterapia em doses muito altas, para eliminar todas as células do sangue e da medula óssea (tanto as células doentes como as saudáveis), o paciente recebe uma transfusão de células do seu próprio sangue ou da sua medula óssea, coletadas e congeladas antes da quimioterapia. Essas células vão repovoar a medula, que passa a produzir apenas células saudáveis.

• **Alogênico** – Para esse tipo de transplante é necessário primeiro encontrar um doador, em geral entre os irmãos, que costumam ser os mais compatíveis. Após a mesma quimioterapia em altas doses, as células do sangue ou da medula retiradas do doador são injetadas no doente para repovoar sua medula. A pessoa passa, então, a produzir células sangüíneas absolutamente normais e, em certos casos, muda de tipo sangüíneo, adotando o do doador.

Encontrar um doador, aliás, não é tarefa fácil. Embora doente e doador possam ter tipos sangüíneos diferentes na classificação ABO e RH, devem ser totalmente compatíveis segundo o método HLA de classificação do sangue. A chance de um irmão ser totalmente compatível no sistema HLA é de, em média, 25%.

### Saiba mais

Sociedade Brasileira de Cancerologia  
Rua Pará, 197 - Pituba  
Salvador (BA) - CEP 41830-070  
(071) 3240-4868

www.sbcancer.org.  
Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale)  
0800 773-9973 e (011) 3149-5190  
www.abrale.org.br